

Concorrência predatória da Argentina ameaça a cadeia produtiva de aerossóis

O Sindicato da Indústria de Estamparia de Metais veio a público para protestar contra a ausência do setor privado argentino na última reunião de Monitoramento Comercial, em 10/08/07, conduzida pelo MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O aumento progressivo das importações da Argentina nos segmentos de desodorantes e inseticidas, registradas desde 2004, estão colocando em risco a cadeia produtiva de aerossóis no Brasil, que responde por 5 mil empregos. O mercado brasileiro de aerossóis consumiu, em 2006, 330 milhões de tubos de aço e de alumínio, dos quais 170 milhões importados da Argentina. As projeções da Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes (Abas) e do Siemesp indicam que, em 2007, a penetração do produto argentino deverá atingir 85% do mercado brasileiro de desodorantes em aerossol, e de 55% em inseticidas.

Dois fatores têm contribuído para essa situação: os preços dos derivados de petróleo na Argentina, que estão congelados há cinco anos, dentre os quais o gás propelente, insumo básico da cadeia de aerossóis; e a desvalorização cambial que aumentou a competitividade do produto importado daquele país.

Por muito menos, o governo argentino saiu em defesa de seus industriais. O nosso pleito ao governo brasileiro é que seja restabelecida uma condição equilibrada de forma que a cadeia produtiva nacional de aerossóis não seja aniquilada.

Antonio Carlos Teixeira Álvares
Presidente do Siemesp

Novas regras do SAT

Acontece em 29 de agosto, das 14h às 17h, na Escola Paulista de Direito Social, o Seminário “Fator Acidentário de Prevenção – FAP e Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP”, a cargo dos advogados especializados em Direito Trabalhista e negociadores patronais da Fiesp, Dra. Helena Leate e Dr. Gustavo Martuscelli.

O curso vai analisar o impacto do Decreto 6.042, de 13/02/2007, que define novos critérios de recolhimento do Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT no âmbito da Previdência Social. A nova legislação alterou o SAT, cujo valor passou a ser determinado pelo número de acidentes e doenças do trabalho que ocorrem nas empresas. Segundo os novos critérios, desde 1º de junho de 2007 vigora nova tributação (1%, 2% ou 3%, de acordo com o CNAE das empresas).

Com a implantação do FAP, a partir de 1º de setembro de 2007, a contribuição poderá ser reduzida em até 50% ou ampliada em até 100%, de acordo com as condições de segurança e saúde de cada empresa.

Também foi alterado o ônus da prova do nexos entre a doença e o trabalho, ou seja, determinadas doenças mais frequentes em determinadas categorias serão automaticamente consideradas como doenças do trabalho, cabendo à empresa comprovar o contrário, se for o caso.

Cada inscrição custa R\$ 180,00, com desconto de 10% para o segundo participante por empresa. Informações são obtidas por email: epds1@direitosocial.net ou tel/fax (11) 3283-3148.

Prevenção de Acidentes

A próxima reunião do Grupo Prevenção de Acidentes está marcada para 19 de setembro, das 10h às 12h na sede do Sindicato, tendo como pauta principal, os programas e os controles que as empresas deverão ter para argumentar e defender a não concordância dos nexos epidemiológicos em relação à caracterização de acidentes de trabalho pelo INSS.

Essa atividade, gratuita para os técnicos e profissionais das empresas associadas, focalizou nos meses de julho e agosto as modificações do SAT - Seguro de Acidentes do Trabalho, com as novas regras do cálculo do FAP – Fator Acidentário de Prevenção e com a apresentação do parecer do Jurídico da Fiesp sobre o recolhimento de 2,0% da folha de pagamento para o Sat, com a nova taxação em relação ao CNAE (Classificação do ramo de atividade), a partir do recolhimento base junho, em vez dos 3,0% anteriormente recolhidos.

Em agosto, o grupo de trabalho contou também com a participação de Mauricio Duque, Professor Doutor e especialista em Ergonomia, que apresentou a importância das empresas terem um sistema de gestão para controle e aperfeiçoamento das condições ergonômicas de trabalho nas fábricas, escritórios e atividades comerciais, enfatizando a necessidade da participação dos funcionários nesses programas. Segundo destaca o coordenador Engº. José Luís Raymundo, “vivemos um momento muito importante na gestão das condições de segurança de trabalho e por que não dizer das condições da saúde dos funcionários, visto que o INSS está claramente transferindo a responsabilidade e custos para as empresas”.